



3993 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Deyse Queiros Santos - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Luci Claudia Alves de Oliveira - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Terezinha Camargo Magalhaes - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

O objetivo foi compreender a concepção de gestores, sobre Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos em escolas de Salvador e Bom Jesus da Lapa. A abordagem foi Qualiquantitativa, a técnica de pesquisa de campo, coletando dados com o questionário e entrevista semiestruturada junto aos professores das escolas. Os resultados apontam que as políticas públicas aplicadas nas escolas da EJA necessitam adequações à realidade dos sujeitos.

Palavras-Chave: Gestão. EJA. Políticas Públicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONCEPÇÕES DE GESTORES

INTRODUÇÃO

O crescente reconhecimento por parte dos jovens e adultos de seus direitos à educação, estabelecidos pela Constituição Federal (1988), estimula às reivindicações em relação ao cumprimento do dever do Estado para com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em contrapartida, aumentam as iniciativas governamentais e não governamentais no atendimento às demandas desta área, na tentativa de assegurar o disposto na lei.

A primeira referência à EJA foi exposta na Lei 5.692/71, capítulo próprio sobre o Ensino Supletivo (SOARES, 2001, p. 206). No entanto, as primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos foram encontradas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, que define com mais clareza ao colocar a EJA como Modalidade da Educação Básica. Contudo, hoje, é considerado um grande desafio, por se tratar de alfabetizar num país de grandes desigualdades socioeconômicas e territoriais. Para Haddad e Di Piero (2000) contemplar políticas efetivas de EJA sem auxílio financeiro necessários às práticas que assegurem a qualidade do programa constitui-se como um dos grandes entraves para ampliação das oportunidades educacionais à população jovem e adulta brasileira

Diante desta problemática, trouxemos o seguinte questionamento para nortear esta pesquisa: Qual a concepção dos gestores sobre a efetividade das Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas em Salvador e em Bom Jesus da Lapa? O objetivo deste trabalho foi compreender a concepção dos gestores sobre a efetividade das Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas em Salvador e em Bom Jesus da Lapa.

Nesta introdução explicitamos o contexto histórico e legal da EJA, evidenciamos a problemática, cujo problema de pesquisa se insere e lançamos o objetivo a ser alcançado. Em seguida, descrevemos o referencial teórico sobre as políticas públicas da EJA. Logo após apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados com a abordagem quali-quantitativa na pesquisa de campo, em seguida os participantes da pesquisa e os instrumentos adotados para a coleta de dados. Posteriormente, apresentamos os resultados e discussão dos dados à luz dos teóricos e da legislação, e por último as considerações finais deste trabalho.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um espaço propício para acolher educandos egressos de um sistema educacional excluyente, que não volta seu olhar às suas especificidades; na EJA, eles buscam desenvolver suas capacidades e aprender conteúdos e saberes necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e amplas, condição fundamental para o exercício da cidadania (ARROYO, 2005).

Entretanto, dadas as especificidades da Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino, é possível perceber no cotidiano

escolar as dificuldades da adoção de uma postura pedagógica mais clara e realista, dificuldades que se concentram, principalmente, nos conceitos que professores e alunos possuem a respeito dessa forma de educação.

Buscando uma aproximação entre a escola e o aluno, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96, que é a legislação que regulamenta o sistema educacional, seja público ou privado do Brasil, da educação básica ao ensino superior, estabeleceu como incumbência de cada estabelecimento de ensino a elaboração e execução coletiva de sua Proposta Pedagógica, com a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, apoiada numa gestão democrática, cujas normas são definidas pelo sistema de ensino.

Nesta perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos – Resolução CNE 01/2000 e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE surgem também na perspectiva de atender aos clamores da sociedade pela qualificação da Educação Básica, frente aos alarmantes índices de fracasso escolar apontados por indicadores nacionais e internacionais. Essas articulações políticas se voltam ao sujeito de direito que ainda está à margem da sociedade, e medidas focalizadoras que possam oportunizá-los em obter um posto de trabalho melhor, melhorar sua qualificação profissional, de participar ativamente na solução de problemas sociais exercendo direito à sua cidadania.

Embora esforços tenham sido dirigidos com intuito de estabelecer um diálogo inclusivo e articulado com os principais atores que participam do universo da educação, nota-se ainda uma discrepância na escola onde o professor não sabe lidar com as questões de “ensinagem” e o aluno da EJA. Por muitas vezes, estes buscam a escola como um refúgio da sua vida cotidiana, já outros, apenas buscam reforçar a leitura e a escrita.

Nessa discussão, ratificar-se que as Políticas e EJA não podem estar desassociadas por se tratar de disputas de poder que podem ser individuais ou, até mesmo, coletivas que, se contempladas, visam às necessidades do sujeito.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de campo com abordagem quali-quantitativa. A pesquisa de campo “tem como principal objetivo conseguir informações ou conhecimentos, acerca de determinado problema para o qual se procura uma resposta” (MARCONI; LAKATOS, 2001 p. 186). As abordagens quantitativas e qualitativas utilizadas em uma mesma pesquisa são adequadas para que a subjetividade seja minimizada e, ao mesmo tempo, aproximam o pesquisador do objeto estudado, proporcionando maior credibilidade aos dados (SAMPIERI et al., 2013).

Os instrumentos de coleta de dados foram uma entrevista semiestruturada e um questionário (GIL, 1999).

Os Participantes desta pesquisa foram ao todo 20 gestores de Escolas Públicas. Sendo 10 gestores de escolas estaduais de Salvador, na etária entre 41 a 50 anos; os 10 gestores de escolas municipais de Bom Jesus da Lapa, na faixa etária entre 31 a 50 anos.

Observamos as questões éticas que envolvem pesquisas com seres humanos conforme resolução 510/2016 do CONEP/CNS/MS, ou seja, todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo-lhes garantido o anonimato e confidencialidade nas respostas dos instrumentos e a livre participação ou não da pesquisa.

Os dados quantitativos foram analisados utilizando estatística descritiva e os dados qualitativos foram analisados e discutidos à luz da literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentaremos os resultados e discutiremos à luz dos teóricos e da legislação. Em primeiro lugar demonstramos a visão dos Gestores sobre as Políticas Públicas da EJA, ou seja 50% dos inquiridos de Salvador, afirmaram que consideram que os problemas públicos estão sendo contemplados na EJA. Os outros 50% dos entrevistados acreditam que ainda não foram contemplados completamente por ainda terem escassez de material didático e recursos. Em Bom Jesus da Lapa (BJL), apenas 25% responderam que consideram que os problemas públicos estão sendo contemplados na EJA.

Referente a construção do PPP escolar, a maioria dos gestores informaram que o processo foi idealizado por iniciativa da escola, e envolveu a comunidade escolar, direção, equipe pedagógica, funcionários terceirizados, alunos e professores. Esses gestores afirmaram também que para obtenção de uma boa qualidade de ensino na EJA é indispensável a participação dos professores, direção e equipe técnica. Conforme Gadotti (2000), “Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico”.

Para formatação ideal do Plano Político Pedagógico (PPP), todos os gestores de Bom Jesus da Lapa e de Salvador acreditam que o processo deverá ser conduzido por iniciativa da escola, e inovadora com envolvimento da comunidade, direção, equipe pedagógica, funcionários, professores e alunos, não sendo de responsabilidade apenas dos órgãos superiores e da equipe técnica-pedagógica. Para Veiga (2003), “O PPP, tem sentido inovador quanto as suas dimensões de ação regulatória ou técnica e como ação emancipatória ou edificante”. Contudo, percebe-se ainda um número significativo de escolas que apresentam fragilidade dos pressupostos teórico-metodológicos de seus projetos político pedagógicos. (TITTON; PACHECO, 2015)

Quanto ao questionamento a respeito se o ensino efetivado na EJA tem atendido a aprendizagem dos alunos, todos os gestores demonstraram insatisfação com a condução do ensino, sendo a falta de material didático, curso de formação de professores e práticas pedagógicas específicas, temas essenciais que necessitam de implementação nas escolas e outros espaços. O que vem de encontro à concepção de Arroyo (2012, p. 33) “O direito a educação levou ao direito a mais educação e a mais tempo na escola”.

Quando questionados sobre a existência de um programa que auxilie o professor recém-chegado em sua atuação na EJA, todos informaram que não existe nenhum programa ou política de orientação na unidade escolar, apesar de acreditarem ser um fator importante para melhoria da efetividade das práticas de ensino.

Quando questionados sobre a efetividade das políticas públicas para a EJA todos dos gestores da capital baiana e de BJL foram unânimes em afirmar que as políticas existem, entretanto algumas ações precisam ser executadas para torná-las mais efetivas. Neste caso os atores políticos vão interpretar e classificar o que é ou não um problema público quando ele se torna relevante para a sociedade. Nesse sentido, Sjoblom (1984) argumenta a favor dessa visão de que nem todas as ações são efetivas por que não são problemas públicos.

Sobre a qualificação docente para o ensino na EJA, todos os entrevistados concordam que de certa forma tem deixado a desejar. A formação deficiente do docente da EJA corre o professor o risco de, nessa prática, tornar-se razoavelmente capaz de exercer o magistério de forma honesta e interessada, porém, desempenhando o papel de reproduzidor do sistema social vigente” (CRUZ, 1994 p 115). Para

Arbache (2001), a formação do professor de EJA deve ter um enfoque específico no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação e atendimento a esse grupo tão heterogêneo de alunos.

CONCLUSÕES

O propósito deste estudo foi de compreender a concepção dos gestores sobre a efetividade das Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas em Salvador e em Bom Jesus da Lapa - BA. Levando em conta a articulação entre os referenciais teóricos e os dados empíricos produzidos pelos gestores que participaram desta pesquisa possibilitam-nos concluir que há insatisfação com a condução do ensino, sendo a falta de material didático, curso de formação de professores e práticas pedagógicas específicas temas essenciais que necessitam de implementação nas escolas e outros espaços. Não existe nenhum programa ou política de orientação na unidade escolar. As políticas existem, entretanto algumas ações precisam ser executadas para torná-las mais efetivas qualificação docente para o ensino na EJA, todos os entrevistados concordam que de certa forma tem deixado a desejar.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, A. P. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2000.

ARROYO, M. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver. In MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil : direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. P. 33-45

_____. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de responsabilidade pública e de direitos** Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução CNE/CEB n.1/2000, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96, de 20/12/1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado; 1988.

CONAE, Disponível em: <[http://www.app.com.br/portalapp/imprensa/Caderno Emendas Conae PR press.pdf](http://www.app.com.br/portalapp/imprensa/Caderno_Emendas_Conae_PR_press.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CRUZ, J. M. S. **A prática docente no primeiro segmento do primeiro grau regular noturno: uma questão de inadequação a clientela?** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 143p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** . 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da educação para todos. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.1, p.29-40, mar. 2000. Disponível em: < >. Acesso em: 05 nov. 2017

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013

SJOBLOM, G. Problemi e soluzioni in politica. **Rivista Italiana di Scienza Politica**, v.14, n.1, 1984.

SOARES, L. J. G. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.) In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

TITTON, M.B.P; PACHECO, S. M. Diálogos possíveis à construção de projeto político e pedagógico na perspectiva contemporânea da educação integral. **Educ. rev.** [online]. 2015, v.31, n.4, p.135-153

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, dez, 2003.